

## AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA NEOLIBERAL

### *EDUCATIONAL POLICIES AND INCLUSIVE EDUCATION IN THE NEOLIBERAL PERSPECTIVE OF*

### *POLÍTICAS EDUCATIVAS Y EDUCACIÓN INCLUSIVA EM LA PERSPECTIVA NEOLIBERAL*

Andreia Alves de CASTRO<sup>1</sup>  
Eveline Borges VILELA-RIBEIRO<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este ensaio versa sobre as políticas educacionais no campo da educação inclusiva. Pretende-se discutir de que forma os interesses econômicos têm determinado os novos objetivos na educação dentro da perspectiva neoliberal e compreender como a educação inclusiva se insere nesse contexto. Para tanto, a discussão será feita a partir de documentos dos principais programas educacionais propostos no mundo por organismos internacionais (UNESCO, ONU, FMI e BIRD) a partir da década de 1990. Observou-se que a educação inclusiva tem sido guiada por interesses políticos e econômicos, de modo a desonerar o Estado de suas obrigações com assistência social na medida em que propõe a inserção das pessoas com deficiência atuando no mercado de trabalho. Desse modo, as políticas de educação inclusiva dentro do cenário neoliberal têm contribuído para formação de pessoas com deficiência visando atender interesses mercadológicos.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva. Políticas Educacionais. Capitalismo.

**ABSTRACT:** *This essay discusses about educational politics in inclusive education field's. We will discuss how economic interests have been determined the new educational goals in neoliberal contexts and to evaluate how inclusive education is in it. For this, the discussion will be conducted by documental of the main educational program around the world (UNESCO, NUO, MIF e BIRD) since the 1990s. It has been observed that inclusive education has been guided by political and economic interests, so as to relieve the state of its obligations with social assistance insofar as it proposes the insertion of people with disabilities working in the labor market. Thus, inclusive education policies within the neoliberal scenario have contributed to the capitalist interests.*

**Keywords:** *Inclusive education. Educational policies. Capitalism.*

**Resumen:** *Este ensayo aborda las políticas educativas en el campo de la educación inclusiva. Se pretende debatir cómo los intereses económicos han determinado los nuevos objetivos en educación desde una perspectiva neoliberal y comprender cómo la educación inclusiva encaja en este contexto. Con este fin, la discusión se realizará a partir del análisis de documentos de los principales programas educativos propuestos*

<sup>1</sup> Mestranda em Educação. Universidade Federal de Jataí, Jataí, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7924-1354>. E-mail: [psi.andreiaalves@gmail.com](mailto:psi.andreiaalves@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Química. Universidade Federal de Jataí, Jataí, Brasil. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9470-509X>. E-mail: [eveline\\_vilela@ufg.br](mailto:eveline_vilela@ufg.br)

*en el mundo por organizaciones internacionales (UNESCO, ONU, FMI y BIRF) de la década de 1990. que la educación inclusiva se ha guiado por intereses políticos y económicos, a fin de aliviar el estado de sus obligaciones con la asistencia social en la medida en que propone la inserción de personas con discapacidad que trabajan en el mercado laboral. Así, las políticas de educación inclusiva dentro del escenario neoliberal han contribuido a la formación de personas con discapacidad para atender los intereses del mercado capitalista.*

**Palabras clave:** *Incluyendo educación. Políticas educativas. Capitalismo.*

## Introdução

Considerando que a sociedade vivenciou, ao longo de séculos, significativas transformações nos modos de produção, pode-se observar a implicação destes no próprio desenvolvimento histórico da escola. Nesse sentido, a ascensão do sistema capitalista, a partir do surgimento da burguesia mercantil e, posteriormente, a Revolução industrial no final do século XVIII, marca o início de alterações no desenvolvimento da escola enquanto instituição ligada a uma classe dominante (VILELA-RIBEIRO, 2015).

Ancorado na doutrina liberal, o capitalismo prevê que a intervenção estatal seja mínima, o que se revela no campo educacional na concepção de que o acesso à educação é de responsabilidade de cada sujeito. Com a crise de 1929, houve o enfraquecimento das ideias liberais, fortalecendo-se a política do Estado de Bem Estar Social, no qual o Estado deve intervir na sociedade e na economia para corrigir as distorções do capitalismo. Nesse período, características típicas do socialismo foram aderidas pelo sistema capitalista, havendo expansão do consumo, luta por direitos dentro da esfera pública, criação de propriedades públicas ou estatais ligadas aos setores da indústria e serviços (FRIGOTTO, 2010).

No entanto, em 1960, o Estado de Bem Estar Social que continha em seu bojo as tentativas de recuperação da crise de 1929, começou a mostrar seus limites e uma nova crise, em 1970, fez ressurgir a ideia de que a solução seria um Estado que intervisse o mínimo, de modo que o capital financeiro pudesse circular com maior liberdade reduzindo os gastos públicos. Tendo como base os governos Thatcher e Reagan na Inglaterra e Estados Unidos, respectivamente, esse novo modo de olhar a economia e o Estado levou à transformação das ideias liberais surgindo então o neoliberalismo como modelo econômico e de sociedade ainda vigente (VILELA-RIBEIRO, 2015; FRIGOTTO, 2010).

Frigotto (2010) procura demonstrar as crises cíclicas do capitalismo, cujo ápice se dá em 1930, assinalando os custos humanos produzidos por este sistema econômico e sua relação com a educação e a formação humana. Assim, a crise do final do século XX (1970-1990) “é um elemento constituinte, estrutural do movimento cíclico de acumulação capitalista, assumindo formas específicas que variam de intensidade no tempo e no espaço” (FRIGOTTO, 2010, p. 66).

O autor mostra, ainda, que as crises no capitalismo são fruto de um sistema desigual e contraditório, que transmite uma falsa ideia de sujeito livre enquanto explora o trabalhador visando acumulação de capital e produção de mais-valia.

Harvey (2008) esclarece que, para Marx, o Capital não é simplesmente dinheiro, mas dinheiro que é utilizado de uma determinada maneira, ou seja, dinheiro que é lançado na circulação com o objetivo de agregar valor fazendo mais dinheiro. Dessa forma, entende que capital é processo e não apenas recurso, de modo que ele está sempre em circulação, sendo que o dinheiro entra e sai dela com seu valor aumentado e, então, entra em circulação novamente, num fluxo constante.

A atual crise no capitalismo, como apontada por Harvey (2014), promove mudanças não apenas espaciais, mas principalmente

[...] no modo de pensar e entender, nas instituições e ideologias dominantes, nos processos, alianças e subjetividades políticas, nas tecnologias e formas organizacionais, nas relações sociais, nos costumes e nas preferências culturais que permeiam a vida cotidiana. (s/p).

Dessa forma, é possível pensar como o cenário político e econômico constitui-se numa força que molda novas concepções de mundo, que forja um novo paradigma, provocando transformações na sociedade como um todo.

Silva Jr e Pimenta (2014) apontam para as mudanças no setor educacional considerando essas demandas capitalistas. Os autores ressaltam as descobertas marxistas com relação às mudanças na caracterização do trabalho no sistema capitalista, o qual visa a produção da mais-valia, por meio do chamado trabalho produtivo, em detrimento do aspecto social inerente ao trabalho humano.

Portanto, o trabalho torna-se um fator de valorização do capital, de modo que a educação passa a funcionar como um serviço no qual o aumento de produtividade opera como mecanismo de apropriação de valor do capital. Silva Jr e Pimenta (2014, p. 31) demonstram também como esse movimento vem ocorrendo no setor educacional e

mostram “[...] a consistência da indústria da educação superior dirigida pelo capital financeiro”.

Nesse sentido, o presente ensaio pretende discutir de que forma os interesses econômicos têm determinado os novos objetivos na educação dentro da perspectiva neoliberal e compreender como a educação inclusiva se insere nesse contexto.

Avaliar políticas públicas de educação, bem como os objetivos explícitos e implícitos delas é uma tarefa que exige, primeiramente, o conhecimento das mesmas e o entendimento que a educação é multifatorialmente influenciada por fatores econômicos e políticos, como foi frisado anteriormente. Neste ensaio trazemos uma discussão pautada num levantamento dos principais programas educacionais propostos no mundo por organismos internacionais (UNESCO, ONU, FMI e BIRD) a partir da década de 1990. Os relatórios e resoluções encontrados foram lidos e selecionados aqueles que possuíam relação com a educação inclusiva, apresentando pontos centrais relativos à temática do trabalho.

### **Educação sob a ótica neoliberal**

De acordo com Frigotto (2010, p. 70), para compreender como a educação tem-se constituído dentro do sistema capitalista, é necessário entender a concepção de homem nessa perspectiva. O autor utiliza a expressão “*homo oeconomicus*” para descrever o homem enquanto ser-máquina, cujas características valorizadas são aquelas úteis à produção, as habilidades necessárias ao desempenho no trabalho, em detrimento de suas características humanas. Para o autor, a economia burguesa, ao supervalorizar o mercado, não consegue ultrapassar uma visão de senso comum a respeito da realidade, na qual as relações humanas se transformam numa relação entre coisas.

Partindo de uma visão a-histórica e fragmentada, a ótica burguesa estratifica a sociedade, considerando o lugar ocupado pelo sujeito como sendo de sua responsabilidade individual, baseada no esforço e mérito, culpabilizando o indivíduo pela desigualdade. Nesse contexto, o desenvolvimento da teoria do capital humano busca dar conta do conjunto de investimentos que o indivíduo faz em sua formação para aprimoramento de sua capacidade de trabalho, a qual passa a ser considerada também como capital, qual seja, o capital humano (FRIGOTTO, 2010).

A teoria do capital humano altera a concepção de educação, reduzindo-a aos aspectos econômicos, sendo direcionada pelos anseios mercadológicos considerando as contribuições dela para a produção econômica. Dessa forma, separa a educação de seu objetivo “[...] político, social, filosófico e ético” (FRIGOTTO, 2010, p. 79), assim como também sustenta a ideia da meritocracia baseada na concepção de homem livre, cuja ascensão social depende apenas de sua capacidade individual e de seus investimentos para formação de seu capital humano (FRIGOTTO, 2010). Dessa forma, o fracasso escolar e, conseqüentemente, o fracasso no mundo do trabalho, são explicados por um déficit nas capacidades individuais.

Frigotto (2010) aponta, ainda, a educação como campo de luta hegemônica, uma vez que a forma de analisar a realidade do ponto de vista da classe burguesa serve somente aos seus próprios interesses, tornando-se uma análise pseudoconcreta, que desconsidera a luta de classes e busca disseminar a concepção de que as desigualdades sociais são fruto da falta de esforço e aptidão dos indivíduos.

Considerando que a educação é política, Charlot (2013) aponta a função da mesma como transmissora de modelos sociais, ensinando a criança a comportar-se dentro de determinados padrões e ideais sociais. Uma vez que a sociedade se divide em classes, a criança recebe do seu meio familiar determinadas concepções de vida, trabalho, relações humanas, que estejam vinculadas a classe à qual pertence. Porém, devido ao conflito entre as classes, a criança também é influenciada pelas concepções pertencentes à classe dominante, de modo que essa transmissão de modelos sociais inerentes à educação constitui-se em um aspecto político dela.

Ainda para esse autor, a formação da personalidade também tem um sentido político na medida em que a sociedade visa à contenção e dominação das pulsões do indivíduo para que o mesmo se adeque às normas e, ainda, lide com as frustrações advindas de fatores sociais, como a desigualdade e a dominação de classe (CHARLOT, 2013).

O autor defende ainda outros dois aspectos que demonstram o sentido político da educação, quais sejam, a educação como difusora de ideias políticas e a escola enquanto instituição social que assume a educação. Ideias políticas, como igualdade e justiça, são transmitidas às crianças desde cedo por meio dos modelos de comportamento, de modo que, de forma mais ou menos velada, a criança é impregnada das concepções políticas que a classe dominante impõe, mesmo que sutilmente, à sociedade como um todo (CHARLOT, 2013). Tais ideias são veículas de forma independente de seus

condicionantes econômicos, sociais e políticos, o que remete à uma análise, como descrita por Frigotto (2010), pseudoconcreta.

Dessa forma, a escola tem um papel político que não escapa aos interesses da classe dominante, uma vez que, enquanto instituição social que assume a educação de uma sociedade, ela “[...] reflete as finalidades educativas de uma sociedade de classes, transmite uma cultura individual que tem um significado político de classe” (CHARLOT, 2013, p. 63).

Assim, a educação, no contexto capitalista, vem sendo utilizada pela classe dominante como campo de construção de uma concepção de homem voltada aos interesses econômicos e de manutenção da divisão de classes, atrelando-a, exclusivamente, à preparação para o mercado de trabalho.

Gandin e Lima (2016) consideram uma das grandes contribuições de Michael Apple (1989, 1995, 2000, 2006) para as pesquisas em políticas educacionais, a compreensão de que o Estado é um campo de disputa, em que grupos se aliam com o objetivo de tornarem suas ideias hegemônicas. Esse olhar torna mais complexo o entendimento a respeito da educação que, enquanto função estatal, se insere nesta disputa (GANDIN; LIMA, 2016).

Soudien; Slaughter; Apple (2013, p. 453, tradução nossa), em uma revisão do livro *Global Education Inc: new policy networks and the neo-liberal imaginary*, de Steven Ball, dizem: “Global Education Inc é sobre como a sociedade em redes na ordem discursiva do neoliberalismo trabalha na área da educação”. As políticas e serviços educacionais tem cada vez mais entrado no domínio privado, por meio de parcerias público-privado, empresas sociais, filantropia e negócios no campo educacional. O neoliberalismo é descrito como um conjunto de práticas que se organizam em torno da ideia de mercado, a qual se desdobra nas diversas esferas da vida cotidiana, incluindo a educação, na busca pelo lucro e acumulação de capital.

Os autores apontam que, nessa busca por dinheiro, pode-se observar que a performatividade remodela as organizações e as relações organizacionais, e citam Ball:

[...] ela é individualizante e totalizante ao mesmo tempo. Produz uma docilidade ativa e uma produtividade rasa ... convida e incita-nos a sermos mais efetivos, trabalhar e melhorar a nós mesmos e nos sentirmos culpados ou inadequados se não o fizermos. (BALL, 2012 p. 455, tradução nossa).

Dessa forma, percebe-se que o neoliberalismo consegue infiltrar suas ideias associando-as ao bom senso e a práticas cotidianas, de uma forma sutil, de tal maneira que suas propostas pareçam a solução para todas as questões políticas, econômicas e educacionais. Com isto, as subjetividades vão se transformando por meio de um processo lento, que caminha para o “triumfo do imaginário neoliberal” (SOUDIEN; SLAUGHTER; APPLE, 2013, p. 454, tradução nossa).

Portanto, considerando a entrada da ideologia neoliberal na educação e seus objetivos econômicos, pretende-se, na sequência desse ensaio ressaltar as repercussões desta forma de política no campo da educação inclusiva.

### **A educação inclusiva nos documentos internacionais e a perspectiva neoliberal**

A perspectiva inclusiva da educação exige uma resignificação total dos modos de agir na escola. A escola, tal como se conhece, com o professor à frente da sala falando sem parar, como detentor único do conhecimento e os estudantes enfileirados nos bancos escolares (FREIRE, 2017), conserva alguns rótulos que são passados de geração docente em geração docente: os estudantes aprendem ouvindo e de maneira passiva. No entanto, ao observar a realidade à volta em sala de aula, apreende-se que cada estudante tem uma característica própria: para uns o melhor estudo é através da escrita, para outros, ouvindo; enquanto alguns dizem ser através de figuras ou desenhos. Há ainda alunos que precisam falar para aprender e internalizar os conteúdos. Essa diversidade mostra que as habilidades podem ser auditivas, cinestésicas, visuais, táteis, dentre outras. Ou seja, cada sujeito aprende de um modo e desenvolve estratégias individuais para isso e esse é o fundamento da educação inclusiva (VILELA-RIBEIRO; BENITE, 2013).

No entanto, o reconhecimento dessa realidade é recente se comparado ao tempo de existência da escola. Em termos de políticas públicas, iniciam-se implementações de mudanças apenas ao final do século XX (UNESCO, 1990), sob o slogan de que a educação é para todos, englobando as pessoas mais vulneráveis, nessas incluídas as pessoas com deficiência. As organizações internacionais (como ONU, FMI, Nações Unidas, Unesco) passaram a formular políticas estimulando a educação para todas as pessoas enquanto uma meta a ser atingida para todos os países (LIASIDOU, SYMEOU, 2018).

Neste contexto, a Educação Inclusiva torna-se uma estratégia para alcançar a Educação Para Todos, pois tem como princípio o fato de que a escola deve atender às diferentes necessidades dos estudantes, especialmente aqueles mais vulneráveis, promovendo além do acesso, a participação igualitária destes sujeitos excluídos (WORLD BANK, 2003a).

Para tanto, a ideia consiste, basicamente, na premissa de que a erradicação da pobreza dos grupos de pessoas mais vulneráveis passa, necessariamente, pela formação escolar básica. A nova estratégia do Banco Mundial propõe então colocar o foco não apenas no nível de escolaridade, mas na aprendizagem, considerando que essa favorece o desenvolvimento de conhecimentos e habilidades que formam o trabalhador, conduzindo o mesmo à maior produtividade e melhor adaptação às mudanças tecnológicas do mercado (WORLD BANK, 2011).

Apresenta-se aqui, então, uma necessidade que vai além da formação crítica do ser humano e tem raízes econômicas: para eliminar a pobreza é preciso que as pessoas trabalhem e para que elas trabalhem, necessitam de formação. Sob o ponto de vista de Souza; Pletsch (2017):

Esta ideia indica que a educação é um direito fundamental básico e chave para o desenvolvimento e erradicação da pobreza, e somente um acesso à educação de qualidade pode redimensionar as possibilidades de vida de uma pessoa com deficiência, bem como sua inserção nas atividades laborais futuras. (SOUZA; PLETSCHE, 2017, p. 834).

Nesse sentido, a educação das pessoas com deficiência visa o redimensionamento dela na vida em sociedade, uma vez que a educação oferecerá possibilidades profissionais a ela. Além disso, a educação inclusiva representa também uma estratégia econômica para os países, pois assim, os Estados diminuem suas despesas com assistência social, pois os indivíduos poderão custear suas próprias despesas com os salários, bem como fornecimento de mão-de-obra para os países que dela precisarem (UNESCO, 2005, 2009; WORLD BANK 2003a, 2003b, 2005). O inverso também é verdadeiro e representa gasto: sem estudo, as pessoas com deficiência ficam à margem dos benefícios prestados pelos Estados, inclusive saúde e sustento e não geram impostos (porque pouco consomem).

Três princípios norteiam as políticas educacionais inclusivas e as justificam, segundo os documentos internacionais (UNESCO, 2005, 2009):

- 1) A socialização das pessoas com deficiências é benéfica para todos os envolvidos;
- 2) Todos os alunos aprendem a seu próprio modo, então a escola deve ser a responsável pelo desenvolvimento de metodologias e estratégias para todos os estudantes, independente se deficiente ou não;
- 3) Os gastos são menores: colocar crianças com deficiência em salas de aulas regulares é de sete a nove vezes mais barato do que a criação de um sistema exclusivo a elas (WORLD BANK, 2003a).

Dessa forma, nota-se que as agências internacionais demonstram grande preocupação com o aspecto do desenvolvimento econômico e, portanto, desenvolvem políticas e programas voltados à educação inclusiva que privilegiam seus interesses em detrimento da educação para as pessoas com deficiência.

No entanto, as estratégias adotadas pelos países não, necessariamente, têm direcionado efetivamente a inclusão das pessoas com deficiência dentro da própria escola, menos ainda no mercado de trabalho (UNESCO, 2017). Dados das Nações Unidas (2005) mostram que, nos países em desenvolvimento, entre 80 e 90% da população com deficiência em idade de trabalhar está desempregada. Brooks; Gaunt; Lengnick-Hall (2001) enumeraram várias possíveis explicações para o porquê de as pessoas com deficiência não se encaixarem no mercado de trabalho. Dentre elas, os autores citam os estereótipos negativos a respeito das pessoas com deficiência, como a ideia de que elas não possuem as habilidades necessárias para executar tarefas e não deveriam (ou não poderiam) trabalhar.

Embora os interesses das organizações econômicas internacionais e das políticas vigentes ao redor do mundo estejam centrados na desoneração estatal e no próprio desenvolvimento econômico, o aprimoramento da educação inclusiva tem potencial de melhorar a relação das pessoas com deficiência com elas mesmas, com suas famílias e com a sociedade em geral (PEREIRA-SILVA; FURTADO; ANDRADE, 2018).

A operacionalização da educação inclusiva não tem sido fácil e não tem alcançado resultados abrangentes como os esperados inicialmente quando da proposição das políticas (NAÇÕES UNIDAS, 2005). Para além da inserção de uma nova ideia dentro de uma cultura de exclusão consolidada há vários anos (o que leva dezenas de anos), a educação inclusiva precisa de uma estrutura para ser implementada. Realizá-la à revelia, sem o arcabouço material e pessoal necessário representa a desvalorização das pessoas com deficiência e a impossibilidade de incluí-las efetivamente na sociedade.

## Considerações finais

Este trabalho procurou demonstrar a relação entre os interesses econômicos presentes na sociedade capitalista com as políticas de educação inclusiva, as quais tem suas bases nas propostas de organismos internacionais que definem os objetivos da educação.

Os documentos apontam os custos da exclusão demonstrando as perdas anuais no PIB (WORLD BANK, 2003b) e também relacionam o aumento na aprendizagem com aumento do PIB (WORLD BANK, 2011). Portanto, a Educação Para Todos representa maior desenvolvimento econômico para as nações.

O Banco Mundial ressalta que um grande desafio da educação é consolidar nos jovens habilidades, competências e técnicas que promovam emprego e empreendedorismo. Para isso, faz parte da nova estratégia envolver o setor privado e ligar a educação ao mercado de trabalho (WORLD BANK, 2011).

Embora os documentos procurem ressaltar o papel da educação no desenvolvimento humano, eles deixam claro o interesse dos organismos internacionais no desenvolvimento econômico e no desenvolvimento de habilidades e competências para inserção das pessoas no mercado de trabalho. Não que isto seja ruim, porém deveria estar ligado à formação de indivíduos críticos que tenham o trabalho como um meio de desenvolvimento do seu potencial humano, que esteja a serviço de sua própria satisfação, e não apenas como meio de subsistência e mão-de-obra para o capital.

Portanto, observou-se que as políticas de educação inclusiva estão vinculadas aos objetivos da política neoliberal e ao modo de produção capitalista, uma vez que buscam oferecer educação para as pessoas com deficiência pensando em sua inserção no mercado de trabalho e assim maior participação no setor produtivo. Entende-se que o objetivo maior no modo de produção capitalista é a formação, não apenas de uma pessoa para o mercado de trabalho, mas de uma mentalidade, de uma concepção de homem na qual este é responsável por seu sucesso ou fracasso. Assim, desobriga-se o Estado de assistir a este grupo de pessoas, uma vez que ele teria, supostamente, oferecido todas as condições para participação plena das pessoas com deficiência no mercado e na sociedade.

Portanto, percebe-se que tudo é regido pelo capital e a inclusão das pessoas com deficiência e/ou transtorno em escolas regulares foi uma decisão política e econômica, não educacional e, justamente por isso, a formação humana e emancipadora não é um

objetivo de tais políticas. Este trabalho não advoga contra a educação inclusiva, mas sim, propõe uma reflexão a respeito das intenções subjacentes às políticas inclusivas que visam muito mais a produção de pessoas para o capital, do que o desenvolvimento humano das pessoas com deficiência.

Esse ensaio aponta para a importância do desenvolvimento de pesquisas no âmbito da educação inclusiva que demonstrem as repercussões e o impacto do neoliberalismo na formação das pessoas com deficiência. Uma vez que as políticas educacionais não podem ser analisadas fora de um contexto maior no qual a sociedade se encontra, este trabalho lança um olhar provocador para essa temática visando a continuidade desse estudo e instigando a abertura de questionamentos que produzam um maior número de pesquisas futuras.

### Referências

- APPLE, M. W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes médicas, 1989.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- APPLE, M. W. **Política cultural e educação**. São Paulo: Cortez, 2000.
- APPLE, M. W. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes médica, 1995.
- BALL, S.J. **Global education Inc.: new policy networks and the neoliberal imaginary**. New York: Routledge, 2012.
- BROOKS, A. A. R.; GAUNT, P. M.; LENGNICK-HALL, M. L. Why employers don't hire people with disabilities. **Archives of Psychiatric Nursing**, v.22, n.3, p.147-155, 2001.
- CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação**. São Paulo: Cortez, 2013.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico social capitalista**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2010.

- GANDIN, L. A.; LIMA, I. G. A perspectiva de Michael Apple para os estudos das políticas educacionais. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, p. 651-664, jul./set. 2016.
- HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014. E-book.
- HARVEY, D. **Para entender o capital: livro I**. São Paulo: Boitempo, 2008. E-book.
- LIASIDOU, A.; SYMEOU, L. Neoliberal versus social justice reforms in education policy and practice: discourses, politics and disability rights in education. **Critical studies in education**, v.59, n.2, p.149-166, 2018.
- NAÇÕES UNIDAS. **Disability and employment**. 2005.
- PEREIRA-SILVA, N.L.; FURTADO, A.V.; ANDRADE, J.F.C.M. Workplace inclusion from standpoint of individuals with intellectual disabilities. **Trends in psychology**, v.26, n.2, 2018.
- SILVA JR, J. R.; PIMENTA, A. V. Capitalismo, trabalho e educação: o caso das instituições federais de educação superior. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 6, n. 2, p. 28-41, dez. 2014.
- SOUDIEN, C.; SLAUGHTER, S.; APPLE, M. W. Global Education Inc: new policy networks and the neo-liberal imaginary. **British Journal of Sociology of Education**, v. 34, n. 3, p. 453-466, maio. 2013.
- SOUZA, F.F.; PLETSCHE, M.D. A relação entre diretrizes do Sistema das Nações Unidas (ONU) e as políticas de educação inclusiva no Brasil. **Ensaio**, v.25, n.97, p.831-853, 2017.
- UNESCO. **Declaração mundial sobre a educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Paris, 1990.
- UNESCO. **Guidelines for inclusion: ensuring access to education for all**. Paris, 2005.
- UNESCO. **Policy guidelines on inclusive education**. Paris, 2009.
- UNESCO. **Inclusive education and accountability mechanisms**. Paris, 2017.
- VILELA-RIBEIRO, E. B. **A crise da eficiência para além do espaço escolar: a influência dos capitais social, cultural e econômico no desempenho escolar de ciências/química**. 2015. Tese (Doutorado em Química) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2015.
- VILELA-RIBEIRO, E.B.; BENITE, A.M.C. Sala de aula e diversidade. **Revista Educação Especial**, 2013.
- WORLD BANK. **Education for all: including children with disabilities**. Washington, DC, 2003a.

WORLD BANK. **Education for all**: including children with disabilities. Education Notes. Washington, DC, 2003b.

WORLD BANK. **Education for all**: the cost of accessibility. Education Notes. Washington, DC, 2005.

WORLD BANK. **Learning for all**: investing in people's knowledge and skills to promote development. Washington, DC, 2011.

Recebido: 18/10/2019.

Aceito: 14/06/2020.

Publicado: 31/08/2020.